

DELIBERAÇÃO n.º 797/2014

O Hospital Prof. Doutor Fernando Fonseca, EPE, solicitou à Comissão Nacional de Protecção de Dados (CNPD) que se pronuncie sobre a possibilidade de facultar a [REDACTED] os dados clínicos do seu cônjuge Carlos [REDACTED], falecido.

A requerente fundamentou a sua pretensão em “...conseguirmos eu e os filhos fazer o luto devido a informação do falecimento ter sido dada no dia 01.09.2014 no guiché das urgências, sem um médico nos dar as causas da morte...”.

**I - Considerações gerais sobre o direito de acesso a dados de saúde**

A Constituição da República Portuguesa (CRP) consagra o direito à reserva da intimidade da vida privada no artigo 26.º e o direito à protecção de dados pessoais no artigo 35.º. Especificamente, o n.º 4 do artigo 35.º da CRP estabelece a regra da proibição do acesso a dados pessoais de terceiros, salvo as exceções previstas na lei. Por sua vez, o n.º 1 do artigo 7.º da Lei n.º 67/98, de 26 de outubro (Lei de Protecção de Dados Pessoais – LPD) reafirmou esta limitação quanto aos dados relativos à saúde e à vida sexual, incluindo os dados genéticos. Também o artigo 3.º da Lei n.º 12/2005, de 26 de janeiro, consagra a regra da proibição do acesso a dados clínicos de terceiros.

Apesar desta proibição geral, o acesso é admissível desde que exista consentimento expresso do titular dos dados ou autorização prevista na lei (cf. n.º 2 do artigo 7.º da LPD) ou quando se verificarem as condições previstas no n.º 3 do artigo 7.º da LPD.

**II – Acesso a dados de saúde por familiares de doentes falecidos**

O artigo 2.º da Lei n.º 12/2005, de 26 de janeiro, estende a protecção jurídica dos direitos relativos à informação de saúde para além da vida daquele a que respeita a informação. Também o n.º 4 do artigo 86.º do Código Deontológico dos Médicos prevê que o segredo médico se mantém após a morte do doente.



O acesso a relatório da autópsia ou aos dados de saúde registados na ficha clínica da pessoa falecida, por princípio e na falta de consentimento prestado em vida para esse acesso, não encontra fundamento na Lei de Protecção de Dados, não estando reunidas as condições supra mencionadas previstas no artigo 7.º da LPD.

Quanto ao acesso à causa da morte, será de reconhecer aos familiares, desde logo, um “direito à curiosidade”, permitindo, assim, o acesso à informação necessária para que possam lidar com a perda e o sofrimento infligido, salvo se o médico tiver conhecimento de que outra era a vontade do titular dos dados.

Com efeito, a reserva da intimidade da vida privada e a protecção dos dados pessoais do *de cuius* não fica afetada na medida em que, na generalidade das situações, a causa da morte já será, de facto, do conhecimento dos familiares, não apresentando qualquer novidade em face da sintomatologia ou diagnóstico apresentado nos momentos que precederam a morte.

### III – Conclusão

Em razão do exposto, entende a CNPD que o Hospital Prof. Doutor Fernando Fonseca, EPE, pode facultar a [REDACTED] apenas a informação sobre a causa da morte do seu cônjuge falecido [REDACTED].

Lisboa, 14 de outubro de 2014

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Filipa Calvão', is written over a white background.

Filipa Calvão (Presidente)